

# O DINHEIRO E A MODERNIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR ENTRE SIMMEL E MINSKY

**William Gledson e Silva**

Bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Economia, doutor em Ciências Sociais e pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern).

E-mail: williangledson@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-0552-202X>

**Como citar este artigo:** Silva, W. G. e (2025). O dinheiro e a modernidade social no capitalismo: Uma análise complementar entre Simmel e Minsky. *Revista de Economia Mackenzie*, 22(1), 33-51. doi: 10.5935/1808-2785/rem.v22n1p.33-51

**Recebido em:** 21/8/2024

**Aprovado em:** 24/3/2025



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

## Resumo

Este artigo analisa a possibilidade de complementariedade entre os traços do dinheiro em Simmel no tocante à perda de sentido cultural na modernidade capitalista e as instabilidades financeiras cíclicas de Minsky, procurando estabelecer uma síntese explicativa ainda que sumária. Metodologicamente, o trabalho lançou mão de uma revisão de literatura que sistematizou a ideia de dinheiro e suas reverberações no pensamento sociológico de Georg Simmel e no pensamento econômico de Hyman Philip Minsky. Os resultados da pesquisa mostraram que o dinheiro revelou mudanças importantes sociais quando as fases da financeirização ciclicamente se alteravam, ampliando ou reduzindo os chamados intermediários separadores do indivíduo e o objeto, sendo uma das mais relevantes observações encontradas no estudo.

**Palavras-chave:** Complementariedade teórica; Georg Simmel; Hyman Philip Minsky; instabilidade financeira; modernidade social.

Classificação JEL: E71

## INTRODUÇÃO

A economia e a sociedade capitalistas apresentam um grau elevado de complexidade em suas diversas relações, ou seja, torna-se cabível perceber nuances envoltas no circuito das trocas; em outras palavras, o mercado como instituição social revela semelhante ambiente propício ao entendimento aqui admitido, notadamente na tentativa de complementariedade entre Simmel e Minsky.

Lourenço (2006), Silva e Ferreira (2023) e Carvalho et al. (2024) mostram trabalhos que tangenciam os enfatizados autores: de um lado, Simmel, clássico da sociologia, e, de outro, Minsky, teórico da análise da financeirização capitalista, cujas abordagens consideradas trazem a perspectiva contributiva marcada pela busca por relacionar complementarmente aspectos díspares, porém com potencial vinculatório, sobretudo no terreno do dinheiro.

Simmel (2014) explicita, inicialmente, que há um contexto intertemporal relevante associado aos períodos medieval e moderno, em que a relação do indivíduo e o objeto que dele procede demonstra nuances comportamentais

sintomáticas: de um lado, os traços medievais mostram uma ligação dos agentes/atores à terra, e, de outro, ocorre, na modernidade capitalista, uma separação/autonomização entre o homem e o objeto de seu trabalho, em que é imposto o intermediário denominado de dinheiro.

Com efeito, Simmel (2013) traz um conceito acerca do dinheiro que é emblemático, quer dizer, a impessoalidade repousante nesse elemento peculiar e de suma importância para a modernidade capitalista revela notável condição de quantificação envolta nas características básicas da moeda relacionadas com a manifestação do meio de troca, da unidade de conta e da reserva de valor, na leitura de Silva e Moura (2023), cujos desdobramentos sociais exprimem perda cultural de sentido.

Acrescente-se, via de regra, que Simmel (2005) assevera que existe uma dicotomia relativa às pequenas *vis-à-vis* às grandes cidades, em que elas circunscrevem contornos vinculados à perda de sentido, ou seja, dada a ampliação dos chamados intermediários decorrentes da separação do indivíduo e o objeto por ele produzido, necessariamente se nota que o espírito mencionado traduz um distanciamento representativo e capaz de imputar ao dinheiro uma condição meramente quantitativa, conforme resgatam Silva e Ferreira (2023) em Simmel.

Adicionalmente, os autores supracitados admitem coexistir em Georg Simmel nuances bastante diversas entre os espíritos citadinos considerados. Na perspectiva das pequenas cidades, observam-se evidências da economia monetária ligada a um sistema de trocas cuja qualidade das relações expressa mais sentido comparativamente à nulidade de sentido nas grandes cidades, atribuindo a semelhante dimensão de espírito um conceito sintomático associado à ideia de vida nervosa.

Simmel (2005), a rigor, exprime a ideia de um frenesi social, sobretudo nas grandes cidades, em que os atores/agentes exibem de forma frenética seus comportamentos céleres, cujo sentido vai se perdendo à medida que a modernidade produz novos aspectos tecnologicamente sintomáticos, a exemplo do avanço dos meios de comunicação, das inovações nas formas de ganhos de dinheiro, da ampliação da impessoalidade e do fortalecimento da invisibilidade individual em especial para aqueles desprovidos de poder aquisitivo.

O conceito antes mencionado adquire contornos relevantes na leitura de Silva e Ferreira (2023), ou seja, os autores descrevem uma sociedade capitalista envolta na expressiva velocidade e no conseqüente descarte das coisas, cuja síntese realizada no trabalho enfatizado procura aproximar Georg Simmel e

Zygmunt Bauman, cuja sistemática teórica revela indivíduos cada vez mais “líquidos” com o estabelecimento de relações gradualmente frágeis.

Silva e Ferreira (2023), igualmente, buscam vincular Simmel com Schumpeter, ou seja, o esforço analítico denota uma clara associação em combinar uma modernidade capitalista tão frenética e o conceito de “destruição criativa” que impõe aos atores/agentes a necessidade de demandar itens (mercadorias) significativamente mais céleres em seus ciclos de vida.

O argumento chancela, via de regra, que a teoria schumpeteriana aponta para uma tendência da economia e da sociedade capitalistas amalgamadora de um processo de inovação tecnológica e organizacional, em que as grandes corporações desenvolvem diferenciações frequentes e cada vez com maior celeridade no sentido do avanço das técnicas produtivas e mercadorias envoltas em destaques diferenciadores entre os produtos postos no circuito das trocas, construindo um cenário extremamente breve no ciclo de vida dos bens inseridos no mercado.

Afinal, as breves considerações apontadas na leitura de Georg Simmel, particularmente apoiadas no terreno analítico sobre o dinheiro, permitem a tentativa do estabelecimento de uma relação com vistas ao alcance de uma síntese, a saber: a financeirização de Hyman Philip Minsky.

Assim, a busca por uma articulação complementar entre Simmel e Minsky decorre, em princípio, da percepção de que o dinheiro na sociedade capitalista perde sentido culturalmente, mas há um passo não explorado na sociologia de Georg Simmel em que Minsky (1986) se debruça, a qual está associada ao terreno da financeirização econômica, cujo rótulo decorre da denominada Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF).

Lourenço (2006) e Carvalho et al. (2024) realizam uma recuperação do pensamento desse teórico da economia, cuja primeira observação procede da chamada HIF, em que se assume haver fases alternadas no sistema capitalista, uma próspera marcada pela contínua demanda dos atores/agentes na busca por ativos financeiros, ocorrendo um momento de crise caracterizada pela tentativa em vender tais ativos, correspondendo a um frenético movimento contínuo na perspectiva dos ganhos individuais.

Antes, porém, Silva e Moura (2023) mostram que no sistema econômico há a tendência de os atores/agentes procurarem maximizar os ganhos, de sorte que a literatura revisitada pelos autores de natureza da síntese neoclássico-keynesiana demonstra existir o conceito de eficiência marginal do capital, no qual os lucros esperados, caso estejam superiores aos juros vigentes na economia,

sofrem um acréscimo na esfera produtiva, sendo contrário o fato de os lucros esperados serem iguais ou inferiores aos juros vigentes, correspondendo a um aspecto crucial nesta análise.

O movimento então descrito chancela a existência de uma razão factível para que os indivíduos demandem ativos financeiros. Nesse contexto, o comportamento rentista individual revela a obtenção de maiores quantias mesmo que esse dinheiro esteja sujeito a flutuações especulativas. A rigor, tal cenário denota proceder das ideias de Minsky (1986) um traço sintomático capaz de sumarizar uma relação não desprezível com Simmel no terreno do dinheiro.

De forma mais clara, os atores/agentes devem optar por ativos financeiros dado que a taxa de retorno sobre o dinheiro aplicado e o tempo necessário a semelhante realização do movimento rentista fundamentalmente são inferiores ao esperado com eventuais investimentos produtivos, daí ser central admitir a ideia de eficiência marginal do capital como elemento explicativo para que se alcance o terreno financeiro aqui assumido.

Portanto, os realces até então discutidos em linhas gerais, a rigor, permitem a formulação da seguinte hipótese: supõe-se que as leituras de Georg Simmel e Hyman Philip Minsky denotam certo grau de complementariedade no sentido de o dinheiro na sociedade e na economia capitalistas exprimir um quantitativismo com nulidade de sentido cultural e que tende a repercutir instável e mundialmente no comportamento dos atores/agentes.

Justifica-se este estudo de síntese, via de regra, partindo dos referenciais de Simmel e Minsky marcados pela possibilidade de reunir o dinheiro na modernidade capitalista não apenas como meio de troca, mas também na condição de reserva de valor e ativo passível de demanda pelos indivíduos.

Os objetivos do artigo decorrem, na verdade, da tentativa de analisar a possibilidade de complementariedade entre os traços do dinheiro em Simmel no tocante à perda de sentido cultural na modernidade capitalista e as instabilidades financeiras cíclicas de Minsky, procurando estabelecer uma síntese explicativa ainda que sumária.

Metodologicamente, pretende-se, a partir de uma revisitação da literatura, sistematizar, de forma preliminar, uma tentativa de complementariedade entre o conceito de dinheiro em Simmel e os desdobramentos desse aporte teórico como comportamento do sistema econômico em sua face financeira manifesta na HIF de Minsky.

Portanto, este trabalho está dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A seguir, são discutidos alguns aspectos conceituais relevantes de

Simmel; na sequência é preocupação descrever a HIF imputada a Minsky; posteriormente, almeja-se construir uma síntese de complementariedade entre os autores aqui destacados, reservando ao término o desenho das considerações finais.

# 1

## NOTAS TEÓRICAS SOBRE O DINHEIRO EM GEORG SIMMEL

Este tópico pretende examinar, ainda que de forma bastante sumária, alguns esclarecimentos teóricos da ideia de dinheiro em Georg Simmel, particularmente se apoiando na denominada modernidade social capitalista, sobretudo com base no espírito das grandes cidades, o qual reúne elementos conceituais emblemáticos para um alicerce capaz de viabilizar a complementariedade aqui esperada.

Parte-se, em princípio, do pressuposto de que o espírito das grandes cidades proposto por Simmel (2005) prevê uma interatividade social marcada pela tendencial nulidade de sentido, ou seja, a frenética sociabilidade demonstra a emergência do chamado caráter *blasé*, suscitando nas relações entre indivíduos forte inclinação ao anonimato, além de uma espécie de isolamento socialmente amalgamador dos comportamentos dos atores/agentes.

O caráter *blasé*, na leitura de Silva e Ferreira (2023), significa uma espécie de nulidade de sentido observada por Georg Simmel, ou seja, o autor clássico entende que na interatividade social os traços de sociabilidade encontram a invisibilidade do agente/ator como pré-requisito procedente desse processo advindo da sociedade moderna capitalista, em que a qualidade nas relações se perde e o universo social angaria contornos meramente quantitativos a exemplo do vislumbado no dinheiro.

Ressalte-se, oportunamente, que Simmel (2005) revela na construção de seu modelo analítico, a rigor, a ocorrência do espírito das pequenas cidades capaz de suscitar uma visão não anônima e impessoal individual, sendo pertinente haver, em casos *sui generis*, a criação do denominado sistema monetário local distinto dos contornos envoltos na moeda corrente oficial do país, segundo recuperação de Silva e Ferreira (2023), constituindo um laço de confiabilidade social distante do quadro presente nos grandes centros urbanos.

Simmel (2009), por sua vez, mostra em sua coletânea de ensaios que a ideia da psicologia do dinheiro envolve alguns aspectos sintomáticos, a exemplo da constatação do fato de que este corresponde a um intermediário das trocas, de sorte que há uma espécie de cálculo estimativo subjetivo imputado a semelhante aspecto.

Assim, Georg Simmel possibilita destacar, a partir da leitura de Marques (2011), que na análise do dinheiro ocorre um afastamento entre o indivíduo e o objeto, cuja separação revela uma autonomização entre esses, demonstrando circunscrever o intermediário das trocas envoltas na sociedade e ampliando, tendencialmente, tal distância entre indivíduo e objeto.

Faz-se necessário esclarecer, na verdade, que o chamado intermediário atribuído à percepção de Simmel procede de um afastamento do agente/ator do fim pelo qual se deseja adquirir, cuja prerrogativa é proveniente do objeto material expresso no consumo ou investimento, particularmente no escopo social capitalista.

Com efeito, Silva e Ferreira (2023) deixam flagrante que o consumo de bens e/ou a compra de itens de capital constituem em um desejo individual de colocar em suas cestas de consumo ou investimento tais itens procedentes do circuito das trocas, quer dizer, o movimento descrito prevê uma autonomização do indivíduo, tanto na perspectiva do consumidor como do investidor, mostrando que, na dupla face da análise neoclássica da produção e do consumo, o desenho aqui proposto pode ser verificado adequadamente.

Simmel (2009) demonstra, categoricamente, que aspectos como impessoalidade, anonimato, objetividade, bem como o fato da ausência de qualidade, caracterizam o dinheiro, sinalizando corresponder a um eixo fixo em que indivíduos e coisas giram em torno desse elemento social, denotando significar um atributo bastante *sui generis* presente na ideia da economia monetária cunhada por Simmel e apontada no estudo de Silva e Ferreira (2023).

Uma constatação ainda presente na psicologia do dinheiro, na verdade, sugere haver um olhar de Simmel (2009) no tocante ao contexto dos indivíduos em gastar, em que o valor das coisas se perde e é atribuído ao valor o quantitativismo indicativo do valor dos objetos, havendo uma espécie de descolamento entre o objeto e seu valor monetário, fato emblemático a ser discutido complementarmente com Minsky.

Adicionalmente, Simmel (2014) traz algumas questões bastante relevantes, ou seja, o dinheiro na cultura moderna assume um duplo papel de coesão e distanciamento nas relações interpessoais, em que a ampliação na associação

tradicional é rompida, e, simultaneamente, há um estreitamento social pelos interesses, tomando como referência o comportamento do ganho individual (empresas e lucro, famílias e satisfação – utilidade para os marginalistas neo-clássicos –, entre outros).

Silva e Ferreira (2023) destacam de Georg Simmel a emergência da economia monetária, em que essa categoria conceitual revela uma dualidade objetivismo *vis-à-vis* subjetivismo, cuja percepção é a dualidade da liberdade do indivíduo e sua dependência do dinheiro, de sorte que os atores/agentes são livres para no mercado realizarem suas escolhas para composição de suas cestas de consumo, por exemplo; paralelamente, a dependência de fluxos monetários capazes de garantir a relação de troca no interior da sociedade, a rigor, demonstra uma importante observação advinda do autor clássico.

Simmel (2014), via de regra, ainda deixa transparecer que o dinheiro, por ser um bem em si mesmo, é objetivo a ser alcançado, pois o processo de unificação *vis-à-vis* separação dos interesses em torno do dinheiro apresenta atores/agentes que procuram meios passíveis de viabilizar a obtenção de itens intercambiáveis, cuja relação do homem com outros homens e destes com os objetos demanda, na modernidade, a interconexão procedente da economia monetária.

Silva e Moura (2023) exprimem, por sua vez, que a moeda pode ser um meio de troca capaz de possibilitar a relação de compra e venda dos bens; unidade de conta consoante à ideia de contabilização de unidades monetárias necessárias para adquirir um objeto, fatores de produção, ativos financeiros, entre outros; afinal, o aspecto da reserva de valor diz respeito ao grau de valoração que a moeda adquire no sistema econômico, particularmente no âmbito financeiro.

Aponte-se, na verdade, que os autores supracitados permitem o estabelecimento de uma relação conceitual com Georg Simmel, isto é, a recuperação pelos primeiros do modelo teórico de Wicksell sugere haver a conservação ou o dispêndio do saldo monetário mediante a magnitude das taxas de juros correntes, sinalizando ser pertinente aos agentes/atores a retenção de moeda com juros mais altos e vice-versa.

Simmel (2009), por oportuno, traz, em um dos ensaios constantes nesta coletânea, uma questão sintomaticamente relevante correspondente à dicotomia avareza *vis-à-vis* esbanjamento. Logo, o autor mostra que o indivíduo pode assumir características díspares, ou seja, há a possibilidade do comportamento avarento com tendências à conservação do dinheiro como poder pró-



prio decorrente da posse monetária; contrariamente, o esbanjador encontra satisfação no dispêndio em busca daquilo que oferte realização dos desejos de consumir.

Alguns desdobramentos teóricos são factíveis; em outras palavras, caso se admita o modelo de Wicksell, o avarento e/ou o esbanjador antes mencionados podem estar adequadamente vinculados, a exemplo dos juros altos propícios à retenção monetária e à avareza compatível com juros menores consistentes ao desejo persistente no consumo dos bens para garantir prestígio social.

Acrescente-se haver semelhante recuperação teórica de forma factível, quer dizer, Georg Simmel revela aspectos comportamentais compatíveis com os cenários econômicos keynesianos fortemente representativos na escolha dos ativos produtivos em oposição aos financeiros, sendo um elemento que aponta para o conceito de eficiência marginal do capital já mencionado neste estudo.

Saliente-se ocorrer uma possível tendência de convergência do modelo imputado a Georg Simmel diante da literatura econômica particularmente no tocante à ideia de dinheiro; em outros termos, a percepção denota existir traços *sui generis* na tentativa de evidenciar razões teóricas no sentido de observar no pensador clássico alemão nuances compatíveis na aceitação do quantitativismo como premissa central acerca da moeda, suscitando realces não desprezíveis a serem discutidas nestas páginas.

É importante esclarecer que, via de regra, a moeda no capitalismo é o ativo dotado da maior liquidez; dito de outro modo, os diferentes tipos de ativo não são perfeitamente intercambiáveis, como tal característica é atribuída ao dinheiro, sendo um elemento crucial na análise das instabilidades do sistema econômico a ser mais bem esclarecida na seção seguinte do artigo a partir da leitura de Minsky.

## 2

### A HIF DE HYMAN PHILIP MINSKY

A seção agora inaugurada procura suscitar alguns apontamentos conceituais extraídos do pensamento de Minsky, em que o autor preconiza haver o aspecto da instabilidade presente no sistema econômico capitalista não como uma consequência de choques inesperados de demanda ou oferta; todavia, a instabilidade é proveniente de elementos internos à própria estrutura da economia.

Minsky (1986) permite admitir, a rigor, que a dinâmica economicista não é uma procedência natural (aos moldes do entendimento clássico e neoclássico), isto é, o processo de não estabilidade decorre do pensamento humano marcado pelo individualismo e pela ausência de instituições regulatórias mais consistentes inibidoras de comportamentos capazes de gerar turbulências econômicas, correspondendo a uma crítica à visão neoclássica tradicional.

Esclareça-se, na verdade, que a escola anteriormente enfatizada entende que o sistema econômico é passível do alcance do equilíbrio eficiente, cujos agentes/atores são dotados de racionalidade ilimitada, de sorte que as decisões individuais não são erráticas, pelo menos na média devido ao aspecto da ergodicidade.

Campos e Chiarini (2014) apontam a existência do denominado universo neoclássico da ergodicidade, em que se assume que o comportamento do sistema econômico é equivalente, tanto no curto como no longo prazos, de sorte que não há possibilidades de mudanças substanciais decisórias e as eventuais crises do capitalismo são entendidas na condição de fatos exógenos ao sistema, haja vista que os agentes/atores (ergódicos) reconhecem aprioristicamente os resultados previsíveis das variáveis econômicas de forma probabilística.

Antes, porém, Silva et al. (2017) e Silva e Moura (2023) mostram que os agentes/atores precisam decidir acerca das suas escolhas por ativos produtivos ou financeiros a partir da já enfatizada eficiência marginal do capital, quer dizer, as expectativas de retorno sobre investimentos produtivos *vis-à-vis* aplicações financeiras descrevem a tônica da predominância capitalista ligada à financeirização no contexto da globalização.

Ressalte-se ainda, por seu turno, que o processo de liberalização dos mercados e desterritorialização do capital, segundo Appadurai (1999), denota uma ampliação substancial em busca pelo aumento dos ganhos capitalistas, cuja consequência factível economicamente é a preponderância da esfera financeira diante da produção em termos relativos, daí ser cabível afirmar haver expectativas de lucros produtivos inferiores aos retornos financeiros.

A explicitação precedente salienta, na verdade, que o processo da globalização prevê uma espécie de desnacionalização do capital, em que a esfera financeira, por garantir retornos mais elevados e com acentuado menor tempo de maturação dos investimentos, necessariamente realça ser a consequência emblemática do movimento econômico aprofundado desde meados da década de 1970, permitindo haver deslocamentos das inversões privadas com no-

tável celeridade a fim de alcançar rendimentos maiores em outros países que ofereçam juros mais convidativos.

Após o antes exposto, faz-se premente tecer alguns esclarecimentos mais precisos acerca da HIF proposta na reflexão de Minsky (1986), a qual encontra desdobramentos analíticos provenientes dos aspectos até então discutidos, cujos traços repousam na consideração de os agentes/atores decidirem demandar ativos financeiros em detrimento dos produtivos, constituindo a base inicial da denominada HIF.

O autor supracitado, o qual é discutido por Lourenço (2006) e Carvalho et al. (2024) na perspectiva de suas possibilidades interpretativas, ressalta haver uma dicotomia temporal: de um lado, a fase próspera, e, de outro, um momento de crise (instabilidade), cuja dupla faceta sinaliza ocorrer etapas cíclicas da economia capitalista e capazes de assinalar um cenário bastante diverso, demandando medidas governamentais ativas em oposição ao chamado Estado mínimo apontado por Cano (2017).

Admita-se que a denominada fase próspera diz respeito ao momento consistente com expectativas favoráveis manifestas pelos agentes/atores, cuja sistemática remonta a uma busca mais substancial por ativos dotados da característica do ganho de maturação célere, de modo que os ativos financeiros são tais prerrogativas, acarretando consequências no sentido de os indivíduos aumentarem seu estoque de riqueza (portfólio), proporcionalmente, na forma de títulos financeiros.

Assim, a elevação relativa dos títulos financeiros viabiliza uma frenética procura por compras e vendas dos títulos mencionados no universo da financeirização, cujo comportamento enfatizado na análise de Keynes (1985) pode ser descrito como ursos e tigres. Esse autor que traz contribuições substanciais a Minsky mostra haver indivíduos que na fase próspera vendem seus títulos e ampliam os ganhos, revertendo o movimento nos instantes de queda comprando tais ativos.

Ressalte-se, todavia, que os movimentos de subida e descida dos preços dos títulos financeiros traçam um comportamento extremamente célere, cujas mudanças são contínuas e as informações reverberam mundialmente, especialmente em virtude de os meios de comunicação atingirem em frações de segundo os limites desterritorializados do globo, conforme contribuições de Appadurai (1999) e Zackiewicz (2015).

Entretanto, a fase denominada de crise decorre não simplesmente pelos traços de elevação e queda do preço dos ativos financeiros; ao contrário, a

instabilidade econômica se caracteriza pela forte fuga dos capitais financeiros das regiões (territórios) entendidos como periféricos, de sorte que as turbulências expandem severamente a precificação dos títulos mundo afora, causando incertezas, redução profunda na oferta de liquidez em âmbito global e reverberações dramáticas na própria esfera produtiva, com base na recuperação de Silva (2022).

Minsky (1986), portanto, demonstra que na fase turbulenta a preocupação em vender títulos sistemicamente não é imputada apenas a alguns mercados particulares, isto é, a dinâmica do momento de crise impacta o sistema financeiro em geral, cujos estoques de riqueza materializados nos títulos perdem capacidade de sustentar o padrão de consumo/investimento dos agentes/atores privados, sendo premente a intervenção governamental para tentar reverter esse cenário desolador.

Keynes (1985) lança premissas que Minsky toma nessa análise. Entre tantas, considera-se aqui o fato do não controle dos capitais em torno dos países, quer dizer, a percepção keynesiana procede da necessidade de os Estados nacionais criarem políticas econômicas inibidoras dessa tão frenética mobilidade dos capitais, sendo uma medida redutora indispensável à semelhante finalidade (uma espécie de endurecimento institucional).

O antes exposto é emblemático, quer dizer, a leitura extraída de Minsky (1986) permite observar que a instabilidade financeira sumariamente enfatizada denota haver uma problematização flagrante no sentido da ideia da ergodicidade; em outras palavras, os agentes/atores não conseguem por vezes minimizar seus erros nas escolhas dos ativos financeiros, impactando pronunciada e integralmente na economia.

De forma mais específica, o não acerto apriorístico reverbera não apenas na diminuição de valor monetário dos títulos; todavia, as perdas sociais e econômicas dizem respeito à redução tendencial do consumo e investimentos devido ao aumento das taxas de juros, repercutindo na dinamicidade econômica como consequência da redução na demanda agregada, correspondendo a desdobramentos não desprezíveis do ponto de vista da teoria keynesiana fortemente influenciadora de Minsky.

Finalmente, os aspectos mencionados nesta seção denotam haver prerrogativas bastante emblemáticas no sentido de a financeirização protagonizar nuances preocupantes ciclicamente, cujos realces trazem a esta discussão evidências conceituais complementares do aqui apontado com Georg Simmel, e, por isso, a complementariedade é adequadamente explorada a seguir.

### 3

## COMPLEMENTARIEDADE DOS MODELOS DE SIMMEL E MINSKY

A seção em curso procura admitir traços dos modelos de Georg Simmel e Hyman Philip Minsky, que, diante de seus elementos de análise, possibilitam, a rigor, o resgate do conceito de dinheiro e das consequências relevantes que esse aspecto social e econômico viabiliza perceber na sociedade capitalista moderna, lançando as bases do esboço de um modelo explicativo circunscrito na complementariedade dos aportes analíticos.

Inicialmente, parte-se do cenário social das grandes cidades, isto é, a lógica da vida nervosa proposta por Simmel encontra perda de sentido cultural na perspectiva dos atributos impessoalidade, anonimato, objetividade, entre outros, de sorte que o ambiente descrito amalgama laços propícios ao desenvolvimento e à expansão da financeirização sistêmica.

Minsky (1986) traz como premissa o pensamento humano, cuja prerrogativa sustentada preconiza haver a busca pelo ganho com características mais céleres e cada vez mais elevadas, sendo pertinente a inclusão nessa suposição da ideia utilitarista envolta na maximização dos benefícios e na minimização dos sacrifícios, garantindo realces adicionais à construção considerada neste estudo.

Myrdal (1997) faz essa incursão de revisitação pela literatura, ou seja, os notáveis pensadores do utilitarismo e as evidências marginalistas presentes no pensamento neoclássico denotam coexistir individualmente o hedonismo como princípio orientador dos agentes/atores, e recuperação desse atributo conceitual se dá em virtude de o comportamento de sempre desejar mais prazer e menos sacrifício.

Assim, assumir tal prerrogativa permite apontar que o contexto da financeirização prevê ganhos maiores e com menor esforço, quer dizer, a ideia de eficiência marginal do capital já discutida no artigo ilustra semelhante movimento, pois o prêmio de liquidez advindo das taxas de juros mais altas gera escolhas de ativos financeiros em detrimento dos produtivos, cuja repercussão faz modificar a composição dos estoques de riqueza individuais e alterações sociais por definição.

Portanto, a ideia de perda de sentido e mero quantitativismo do dinheiro proveniente de Simmel encontra ressonância na lógica de Minsky, pois a pro-

cura por ganhos maiores e com menor esforço sinaliza a opção por não investir produtivamente, mostrando um frenético comportamento social envolto nos sobressaltos instáveis financeiros em escala mundial pela globalização.

Aponte-se, oportunamente, que o menor esforço para obtenção dos ganhos capitalistas e a ideia de ergodicidade, necessariamente, mostram haver inclinação comportamental dos agentes/atores em maximizar benefícios e minimizar custos, de sorte que a financeirização em escala global propicia tais aspectos devido ao número de possibilidades de ganho por meio dos ativos não produtivos.

Assim, o utilitarismo sintetizado por Myrdal (1997) procura identificar lucros mais rápidos e maiores comparativamente à esfera produtiva, e o economicismo global asseverado no estudo de Appadurai (1999) permite desterritorializar o capital, cujo movimento busca rentabilidades mais elevadas provenientes das taxas de juros praticadas pelos diversos países do mundo, observando assimetrias nas escolhas por aplicar seus capitais nas nações centrais ou periféricas, partindo da terminologia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) apresentada no trabalho de Silva (2022).

A discussão anterior exprime, categoricamente, a perspectiva de Minsky (1986) envolta na fase próspera, em que o ciclo favorável faz com que o capital busque áreas mais alternativas (periféricas) marcadas pela oferta de juros altos, de modo a viabilizar o aumento na demanda por ativos financeiros com frequência significativa, ampliar o volume da financeirização e reduzir o escopo produtivo em termos relativos.

A complementariedade da prerrogativa precedente imputada a Minsky (1986) encontra compatibilidade explicativa em Simmel (2009), pois o aprofundamento das relações econômicas-financeiras permite o alargamento da autonomização do indivíduo e do objeto; em outras palavras, os meios intermediários atribuídos ao dinheiro distanciam os agentes/atores dos bens físicos passíveis de consumo e/ou investimentos individuais.

Um desdobramento importante é emblemático, quer dizer, as empresas que desenvolvem atividades produtivas no momento de prosperidade procuram expandir o estoque de riquezas com maior volume de ativos financeiros, e o mecanismo para tal é particionar o capital empresarial e alargar a denominada modalidade das sociedades anônimas (SA), perpetrando no meio social as características de impessoalidade e anonimato advindas de Simmel, o que reforça a provável convergência dos autores aqui examinados.

A ergodicidade destacada por Campos e Chiarini (2014), via de regra, suscita, nesta análise, um traço relevante no sentido de os agentes/atores procurarem ampliar a parcela de ativos financeiros na composição do estoque de riquezas individuais em virtude dos ganhos mais rápidos e maiores, demonstrando que aprioristicamente há chances de aumento nos benefícios em detrimento dos sacrifícios, o que acentua, na fase próspera, a ocorrência de um cenário de expansão dos intermediários entre o indivíduo e o objeto, alargando a chamada autonomização.

Contrariamente, o ciclo de crise encontra nuances passíveis de observação, isto é, a instabilidade financeira gera como consequências a venda sistemática dos ativos não produtivos e a queda vertiginosa nos preços deles, circunscrevendo perda de valor dos títulos com desvalorização do estoque de riqueza individual, o impacta o comportamento dos agentes/atores na perspectiva do consumo e/ou dos investimentos.

O apontamento anterior proveniente da análise de Minsky (1986) permite uma conclusão interessante, ou seja, a redução no valor dos ativos financeiros em termos agregados proporciona diminuição nos níveis macroeconômicos relativos à realização de repercussões favoráveis na demanda agregada, cujo cenário provoca desaceleração no ritmo de crescimento do produto das nações, demonstrando efeitos implausíveis, como o arrefecimento no volume de renda/produção, emprego, consumo etc.

Assim, a descrição precedente traduz a chamada perda de sentido cultural nos termos de Georg Simmel; em outras palavras, a redução no valor dos ativos financeiros acarreta notável diminuição do poder de conversão de dinheiro em bens físicos, sendo adequado admitir que, na instabilidade financeira, a razão pela qual se ampliam ativos não produtivos no portfólio individual traz ao centro desse debate um contexto de flagrante quantitativismo desprovido da qualidade que o dinheiro geralmente explicita nos termos simmelianos.

Resta ainda destacar o binômio avareza e esbanjamento na condição do comportamento dos agentes/atores, mostrando que o raciocínio avarento é compatível com indivíduos mais propensos à acumulação de dinheiro, à busca pela ampliação do estoque de riquezas e à escolha tendencial por garantir mais ativos financeiros, e menos dedicados aos gastos mais voltados ao consumo.

O esbanjamento explicita, provavelmente, um tipo de comportamento de agentes/atores que não se preocupam com a acumulação de dinheiro e sim com a posse de bens físicos, demonstrando um padrão de consumidor marcado pela aversão ao risco e pela propensão à escolha de cestas de bens capazes

de trazer maior utilidade individual, o impacta a não geração de poupança aos agentes/atores.

Entretanto, a relação entre Minsky e Simmel nesse ponto ocorre quando a avarizia se vincula com o sacrifício monetário no sentido de não gerar inversões produtivas, ao passo que o esbanjamento acarreta comportamentos mais agressivos na perspectiva da realização de investimentos capazes de ampliar a capacidade instalada das empresas, mostrando um cenário bastante interessante e passível de compatibilização dos autores nessa aproximação conceitual derradeira.

Afinal, o comportamento entendido como esbanjador traz uma observação de diminuição da autonomização entre indivíduo e objeto, quer dizer, o empresário investidor, ao gastar produtivamente, aproxima seu emprego de capital da geração de bens a serem comercializados no circuito das trocas. Contrariamente, o avarento que aplica no mercado financeiro adquire ativos de firmas espalhadas pelo mundo afora e que atuam nos mais diferentes tipos de atividades mercantis, mostrando cabalmente a aproximação que essa proposição admite.

Portanto, a complementariedade entre Simmel e Minsky se dá, provavelmente, na aceitação do dinheiro como ativo meramente quantitativo e que flutua de forma econômica devido à instabilidade financeira, em que o sentido da posse monetária na forma de ativos financeiros encontra reducionismo no fato de o dinheiro distanciar indivíduo e objeto, seja pela escolha de maiores contingentes dos ativos e ampliação dos intermediários, seja pela queda quantitativa impeditiva da conversibilidade em bens físicos, denotando ser adequado reunir autores tão díspares e ao mesmo tempo passíveis de complementação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe como objetivo a tentativa de analisar a possibilidade de complementariedade entre os traços do dinheiro em Simmel, no tocante à perda de sentido cultural na modernidade capitalista, e as instabilidades financeiras cíclicas de Minsky, de modo a estabelecer uma síntese explicativa ainda que sumária, sendo uma prerrogativa sintomaticamente relevante e digna da explicitação de alguns comentários conclusivos.



Assim, a recuperação dos autores centrais ao estudo permitiu observar elementos conceituais acerca do dinheiro, cujas repercussões econômicas e sociais apontaram vinculações não desprezíveis e capazes da identificação de uma relação entre o sentido cultural e a financeirização capitalista em escala global, mostrando que a economia monetária ganhou traços de autonomia na perspectiva da separação entre o indivíduo e os objetos materiais sujeitos à sua posse pelo dinheiro.

A perspectiva analítica de Hyman Philip Minsky revelou nuances interessantes, quer dizer, o autor demonstrou haver razões nas fases prósperas vis-à-vis instáveis para compra e venda dos títulos financeiros, sendo bastante razoável admitir que o aumento dos intermediários entre o agente/ator e a possibilidade de adquirir o objeto tendeu a uma ampliação decorrente dos contornos econômicos favoráveis consistentes com a elevação do valor monetário do estoque de riqueza individual, sendo fortemente associável semelhante contexto ao quadro teórico do espírito das grandes cidades sustentado no pensamento de Georg Simmel.

Outro ponto de destaque foi procedente da relação da sociabilidade moderna em Georg Simmel e o sistema financeiro global instável imputado a Minsky, de sorte que os movimentos frenéticos individuais, a impessoalidade e o notável anonimato, bem como a desqualificação presente na moeda, necessariamente, trouxeram flancos de convergência teórica entre os autores no terreno do dinheiro, sendo esse o mais importante cenário analítico proveniente deste artigo, viabilizando a aceitação da hipótese do estudo no bojo da complementariedade aqui admitida.

Em suma, os esforços investigativos circunscritos neste trabalho não esgotaram as possibilidades de reflexão acerca dos autores identificados na pesquisa. Logo, questões como a instabilidade financeira e o impacto no âmbito do espírito das pequenas cidades, a moeda corrente oficial e os sobressaltos inflacionários que suscitam reverberações comportamentais de migração populacional das pequenas cidades aos grandes centros urbanos podem ser alguns dos aspectos não explorados e que são passíveis de futuras incursões reflexivas nessa agenda de pesquisa ofertante do artigo agora finalizado.

## THE MANIFEST MONEY AND SOCIAL MODERNITY IN CAPITALISM: A COMPLEMENTARY ANALYSIS BETWEEN SIMMEL AND MINSKY

### Abstract

This article aimed to analyze the possibility of complementarity between Simmel's traits of money concerning the loss of cultural meaning in capitalist modernity and Minsky's cyclical financial instabilities, seeking to establish an explanatory synthesis, albeit a brief one. Methodologically, the work employed a literature review that systematized the idea of money and its reverberations in the sociological thought of Georg Simmel and the economic thought of Hyman Philip Minsky. The research results showed that money revealed significant social changes when the phases of financialization cyclically altered, either expanding or reducing the so-called intermediaries that separate the individual from the object. This was one of the most relevant observations found in the study.

**Keywords:** Financial instability; Georg Simmel; Hyman Philip Minsky; social modernity; theoretical complementarity.

### Referências

- Appadurai, A. (1999). Disjunção e diferença na economia cultural global. In M. Featherstone (Org.), *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade* (pp. 311-327). Vozes.
- Campos, M. M. S., & Chiarini, T. (2014). Incerteza e não ergodicidade: Crítica aos neoclássicos. *Revista de Economia Política*, 34(2), 294-316.
- Cano, W. (2017). Brasil: Construção e desconstrução do desenvolvimento. *Revista Economia e Sociedade*, 26(2), 265-302.
- Carvalho, A. C., Mendes, M., & Viana, J. (2024). Hyman Minsky, bancos comerciais e a governança global: Entendendo a regulação prudencial no contexto da fragilidade financeira. *Revista de Economia Mackenzie*, 21(1), 244-278.
- Keynes, J. M. (1985). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. (M. Alves da Silva Trad.; obra original publicada em 1936). Nova Cultural.
- Lourenço, A. L. C. de (2006). O pensamento de Hyman P. Minsky: Alterações de percurso e atualidade. *Revista Economia e Sociedade*, 15(3), 445-474.

Marques, F. M. B. F. (2011). *A tragédia da liberdade na filosofia do dinheiro de Georg Simmel*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.

Minsky, H. (1986). *Stabilizing an unstable economy*. Yale University Press.

Myrdal, G. (1997). *Aspectos políticos da teoria econômica*. Nova Cultural.

Silva, W. G. (2022). Economias periféricas e a importância do funcionalismo público: Uma discussão para o caso brasileiro. *Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho*, 11(1), 109-129.

Silva, W. G., & Ferreira, F. D. da S. (2023). Economia monetária de Georg Simmel e o dinheiro em Marx: Uma análise de convergência entre modelos explicativos. *Revista Reflexões Econômicas*, 7(1), 95-110.

Silva, W. G., & Moura, J. M. de (2023). Política econômica no Brasil e finanças públicas estaduais: Uma análise comparativa entre Rio Grande do Norte e Paraíba. *Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho*, 12(1), 6-21.

Silva, W. G., Viana, J., & Moura, J. M. de (2017). Crise financeira internacional e as finanças públicas municipais nordestinas: Uma análise comparada. *Revista Espacios*, 38(51), 21-37.

Simmel, G. (2005). As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11(2), 205-216.

Simmel, G. (2009). *Sociologia do dinheiro e outros ensaios*. Texto & Grafia.

Simmel, G. (2013). Para a psicologia do dinheiro (1889). In A. Bueno (Org.), *George Simmel: O conflito da cultura moderna e outros escritos* (pp. 11-29). Senac.

Simmel, G. (2014). O dinheiro na cultura moderna (1896). In J. Souza & B. Öelze (Orgs.), *Simmel e a modernidade* (pp. 23-41). Editora UnB.

Zackiewicz, M. (2015). A economia do software e a digitalização da economia. *Revista Brasileira de Inovação*, 14(2), 313-336